

Recebido: 09/09/2019

Aprovado: 04/12/2019

DOI: 10.26512/emtempos.vi35.27089

## **Reconstrução dos eventos e documentos da institucionalização ambiental em Moçambique: uma contribuição para a História Ambiental**

**Izidro Justino Muhale**

Doutor em Ambiente e Sociedade  
Docente na Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique  
[zitoymoz@gmail.com](mailto:zitoymoz@gmail.com)

**Leila da Costa Ferreira**

Professora Titular do NEPAM e Departamento de Sociologia do IFCH, UNICAMP;  
Coordenadora do LABGEC.  
[leilacf@unicamp.br](mailto:leilacf@unicamp.br)

**Jurandir Zullo Júnior**

Pesquisador do CEPAGRI  
Professor do NEPAM – Programa de Pós-graduação em Ambiente e Sociedade,  
UNICAMP.  
[jurandir@cpa.unicamp.br](mailto:jurandir@cpa.unicamp.br)

---

**Resumo:** o presente artigo apresenta a reconstrução histórica dos eventos e documentos que caracterizaram a institucionalização do ambiente em Moçambique, entre 1980 e 2014. Inicialmente, apresenta a metodologia que orientou o artigo e debates teóricos, estabelecendo diálogo entre a História

Ambiental da América Latina, abordagens pós-coloniais e Sociologia do Conhecimento. Na sequência, apresenta os eventos que delimitaram a dimensão local dos riscos ambientais, e documentos que marcaram a visão global destes.

*Palavras-chaves: História Ambiental; Pós-Colonialidade; Risco Ambiental.*

**Resumen:** Este artículo presenta la reconstrucción histórica de los eventos y documentos que caracterizaron la institucionalización del medio ambiente en Mozambique, entre 1980 y 2014. Inicialmente, presenta la metodología que a orientado el artículo y los debates teóricos que establecen un diálogo entre Historia Ambiental del América Latina, Historia del África y Sociología del riesgo global. A continuación se presentan los eventos que delimitaron una dimensión local des riesgos ambientales y documentos que marcaron su visión global en Mozambique.

*Palabras claves: Historia ambiental; Acontecimientos históricos; Riesgo ambiental*

### **Moçambique: um espaço de debate entre História Ambiental da América Latina, Pós-Colonialidade e Sociedade de Risco**

Atualmente, os riscos ecológicos não estão mais ligados ao seu local de origem, eles se alastram em todo o planeta e colocam em risco todas as formas de vida (BECK, 1992:22). Esta teorização fica mais explícita se dermos atenção às próprias questões ecológicas, que não se limitam apenas ao meio ambiente e através delas não é mais possível separar o mundo social do natural. Por essa razão, ao contrário do século XIX em que a modernidade se limitava a alguns países altamente industrializados, ela passou a ser planetária, tornando os problemas socioambientais interligados (FEREIRA, 1998:29).

O levantamento de eventos e documentos aqui feito permite desconstruir as “ilhas” que anteriormente negavam a países como este, juntamente com aqueles da América Latina e Ásia, como sujeitos e objetos do processo histórico. Visto nesse sentido, pensar a história ambiental de Moçambique a partir da reflexão sobre os documentos produzidos permite uma “reflexividade do conhecimento científico” (BECK, 1992) e quebra as fronteiras políticas, regionais, nacionais e científicas, justificando que outras histórias tenham campo e legitimidade em espaços não necessariamente ocidentais.

Essa ideia é também reforçada pela vertente analítica de autores que discutem a pós-

*Em tempo de*  
**Histórias**

colonialidade (Cf. BHABHA, 1995:20-30; CHAKRABARTYN, 2012:201), permitindo neste artigo questionar e lançar novos olhares às políticas de conhecimento, desde a criação, controle e distribuição, examinando as relações funcionais do poder social e político que sustentam o colonialismo e o neocolonialismo (ASHCROFT, GRIFFITHS & TIFFIN, 1995:2). Adensar a essa corrente torna-se aqui importante quando pensada em diálogos, debates e questões realizadas com um grupo de pesquisadores que além de partilharem preocupações semelhantes às deste artigo, conseguem construir teorias e instrumentos conceituais que se aproximam ao contexto abordado.

Desses pesquisadores contam aqueles da América Latina que contrapõem a ideia de verticalização da ciência em função dos espaços da sua produção (Cf. PALACIO, 2002; FERREIRA, 2005; SEDREZ, 2002). Nesse espaço, as discussões que envolvem o ambiente e sociedade realçam questões genéricas delineadas em torno das preocupações com a dimensão humana das mudanças ambientais, divididas em temas sobre governabilidade e orientações sociais e culturais ou normativas para a resolução de problemas universalmente reconhecidos e politicamente pertinentes. Trata-se de discussões e reflexões que focam em objetos que se inter-relacionam em busca de respostas sobre a normatividade, institucionalidade e emergência de novas instituições ambientais na área ambiental. Essas discussões acabam sendo influenciadas pela teoria social contemporânea (FERREIRA, 2005:187).

Adicionalmente, eventos históricos como a colonização da África, Ásia e Caraíbas, trouxeram um entendimento de que os “Trópicos” são sujeitos de uma história que além de ser por excelência um campo temporal, trabalha com pressupostos ou categorias espaciais enraizadas em assuntos ambientais (PALACIO, 2002:73).

Não constitui novidade que ao unir áreas temáticas como “História” e “Ambiente”, a história ambiental é interdisciplinar e exige que o pesquisador busque suas respostas mergulhando em relatórios científicos de disciplinas diferentes (Cf. SEDREZ, 2012). Essa exigência cresce mais num momento em que os Trópicos ainda enfrentam o desafio de encontrar as suas próprias interrogações e definição como espaço de investigação (Sedrez, 2002:109), apesar da existência de um conhecimento respeitável sobre o meio ambiente produzido por acadêmicos originários de diversas disciplinas que se traduz em conhecimentos e investigações que buscam lidar com vários desafios ambientais, bem como a apresentação de abordagens

multifacetadas e originais da relação natureza–sociedade (Ferreira, 2011:21). Em outros espaços como África, a natureza e tipo de pesquisas nessa área permanecem pouco conhecidas.

Considerando os desafios indicados anteriormente, este artigo pretende levantar referências e eventos para posteriores análises sobre a História Ambiental em Moçambique, apresentando duas partes: uma reconstrução histórica da institucionalização ambiental através de eventos, e a reconstrução histórica com base em documentos. Para o efeito, a análise histórica (Cf. FOUCAULT, 2008:3-13) permitiu a identificação de uma materialidade documental, através do *desk study*, como livros impressos e digitais, artigos, relatórios científicos, regulamentos, instituições, bem como entrevistas a funcionários e acadêmicos, narrações e registros.

O mapeamento dos documentos arrolados na tabela 1 deste texto foi possível através da combinação de duas técnicas de coleta de dados: pesquisa *in loco* direcionadas aos autores e pesquisa em plataformas digitais. Na primeira, foram agendadas reuniões com autores por *e-mail* e, posteriormente, administradas entrevistas semiestruturadas aos autores. Esses autores foram identificados através da “bola de neve”, que permitiu a sua seleção, considerando a participação que tiveram em debates e eventos sobre os aspectos ambientais arrolados. Nessas entrevistas, foram feitas questões que permitiram saber sobre o papel que desempenharam no processo de institucionalização, bem como a listagem das suas publicações e recomendação de outros autores e publicações específicas ainda não identificadas até então, desde que se integrassem no recorte temporal da pesquisa: 1980-2014.

Adicionalmente, embora permanecessem desafios sobre a realização da pesquisa na África, por exemplo, inexistência ou existência de base de dados com baixos padrões de qualidade ou com fraca organização, extravio de documentos (RICHARDS, 2013), alguns documentos publicados entre 1980 e 2000, que constam na tabela 1, por exemplo: GTA (1990) e Cherrett *et. al.* (1990), foram localizados nas seguintes bibliotecas: Brazão Mazula, na Universidade Eduardo Mondlane (UEM); do Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural; do Instituto de Investigação Agronómica de Moçambique; do Ministério da Agricultura, e Centro de Análise de Políticas da Universidade Eduardo Mondlane.

Dos acervos identificados, é preciso considerar que alguns constam nos respectivos catálogos das bibliotecas, e outros só foram localizados a partir da pesquisa em prateleiras. A segunda técnica permitiu localizar publicações feitas a partir do ano 2000, geralmente,

associadas às consultorias ou patrocinadas no âmbito da governança ambiental. Os acervos identificados são de acesso livre e aberto para todos os pesquisadores, constituindo, por isso, aspecto que potencia futuras análises sobre a História Ambiental de Moçambique.

### **Eventos que caracterizaram o processo de institucionalização do ambiente em Moçambique**

Quando foi proclamada a independência em Moçambique, em 1975, o país estava numa situação em que devia se estruturar em uma sociedade pós-colonial, e pensar estratégias para o ambiente, relegadas por Portugal enquanto potencia colonial. Antes da independência as questões ambientais tinham sido direcionadas de forma superficial, por via de medidas de conservacionistas. Paralelamente, com a emigração dos quadros portugueses, houve um incremento do comércio furtivo de marfim e peles de animais, como leopardo, leão e crocodilo, enfraquecendo as medidas anteriores (Cf. GTA, 1990:1-10).

Esses desafios ambientais sugerem uma sociedade teoricamente pós-colonial, na qual ocorre um trabalho trans-fronteiriço entre o passado e o novo. Segundo Bhabha, essa fronteira,

Exige um encontro com “o novo” que não seja parte do *continuum* de passado e presente. Cria uma ideia do novo como ato insurgente de tradução cultural. Essa arte não apenas retoma o passado como causa social ou precedente estético, ela renova o passado, refigurando-o como um “entre-lugar” contingente, que inova e interrompe a atuação do presente. O “passado-presente” torna-se parte da necessidade, e não da nostalgia, de viver (BHABHA, 1998:27).

A noção de “entre-lugares” serve como instrumento analítico para problematizar não a quebra completa de um passado “traumático” que deveria ser apenas superado. Mas, sobretudo, as consequências e os desdobramentos de uma política colonial que mesmo não mais instalada, deixou marcas sutis sobre uma malha social estagnada e inviabilizada de tecer maiores enfoques estruturais sobre a formação de uma nova Nação. O hibridismo do passado se instala justamente aí, nessa tentativa do novo, que recorre às tradições locais, já mutáveis, para recompor um cenário mais condizente aos interesses e objetivos das populações moçambicanas ali presentes e atingidas, diretamente, pelo próprio colonialismo. Por isso, o passado não se dilui completamente, e sim reinscreve-se em outro lugar, numa nova temporalidade que buscava

contornos particulares. O passado acionado não seria das políticas administrativas portuguesas vigentes. Pelo contrário, interliga princípios morais e internos relacionados à maneira como os habitantes concebiam a natureza, a exemplo dos recursos naturais, componentes presentes na vivência e na cosmologia moçambicana. É nesse sentido que a ideia de velho, oriunda do colonialismo e que pode ser associada ao trabalhador assalariado, ao operário, circunscreve-se num novo elemento, o universo agrário, rural, preenchido por elementos naturais misturados às ideologias emergidas a partir de então.

A noção apresentada anteriormente permite, no contexto estudado, a identificação de quatro eventos enquadrados no processo de institucionalização ambiental em Moçambique: a aprovação do Plano Prospectivo Indicativo (PPI); Cooperação Internacional; Guerra Civil e Reajustamento Estrutural. Trata-se de eventos ocorridos numa situação em que as opções políticas e de desenvolvimento do novo Estado moçambicano foram definidas a partir da antiga situação colonial, no sentido de configurar a situação política, econômica e social distinta e distante daquela que decorria durante o colonialismo.

### **Plano Prospectivo Indicativo**

Os desafios para um desenvolvimento integrado do País que induziram à aprovação do PPI pelo Governo da FRELIMO, em 1980, incluíam a planificação da economia, o desenvolvimento social, a distribuição das atividades e da população no território, corrigir a injustiça e a geografia colonial (FORJAZ, 1990). Além disso, os objetivos e metas estabelecidas no III Congresso da FRELIMO ambicionavam a instalação de uma base desenvolvida da indústria e agricultura relativamente mecanizada. Esta última constituiria a base do desenvolvimento, sob o estímulo das indústrias de transformação e pesada (MACHEL, 1979:5).

Na sequência, o PPI pretendia “vencer a fome, a miséria, a ignorância no país” até 1990 (MACHUNGO, 1980:32). Entretanto, foram os objetivos do PPI ligados ao desenvolvimento das indústrias pesada e de transformação que estiveram na origem da agenda ambiental. Especificamente, a necessidade de pensar a localização e viabilidade das indústrias que deviam ser instaladas, opções de investimento agrário e grandes infraestruturas, que se integrou a Avaliação de Impacto Ambiental como ferramenta de análise integrada dos novos investimentos

(FORJAZ, 1990).

No entanto, até 1990, a compreensão das questões ambientais era feita a partir da relação dos princípios de socialização das áreas rurais impulsionados no período pós-independência com os problemas ambientais dos aglomerados humanos rurais e urbanos; a redução significativa das áreas florestais nos arredores das cidades do País e a necessidade de uma linha de pesquisa sobre a realidade dos centros urbanos em relação a esse tipo de problema. Além disso, havia a noção da problemática do parque industrial que, apesar de ser reduzido e com níveis de baixa produção, apresentava uma produção feita sem regras que pudessem proteger a população contra a emissão de efluentes sólidos, líquidos ou gasosos principalmente devido à instalação de indústrias sem prévio estudo de impacto ambiental e as consequências derivadas desse impacto (GTA, 1990).

Se bem que essa compreensão dos riscos, vinculada às consequências da industrialização pode ser entendida como uma evolução conflitante de um sistema de regras para responder às incertezas e riscos industriais, cujas consequências afetam inicialmente os indivíduos e se transformam em riscos previsíveis, calculáveis e por isso susceptíveis de decisões supra-individuais, ou seja, das instituições políticas nacionais (BECK, 2009:7). Essa realidade aplicava-se à Direção Nacional de Habitação (DNH), instituição governamental responsável por tais medidas. Entende-se aqui que os problemas ambientais começam a ser integrados naquilo que Beck e Holzer denominam de “risco calculado” (BECK & HOLZER, 2007:7). Julga-se que foi na tentativa de se globalizar o perigo dos danos potenciais que os riscos decorrentes passaram a ser considerados sistemáticos e objeto de uma regulação política geral. Isso decorreu do entendimento que os impactos ambientais deviam ser observados a partir de um controle institucional, nesse caso, a DNH e outras instituições criadas e aperfeiçoadas posteriormente.

Sabe-se, a partir da literatura (YEARLEY, 2005; 1992), que embora a análise da ciência sobre os problemas ambientais seja acompanhada pela incerteza científica, o conhecimento científico continua sendo uma fonte de informação e percepção sobre os problemas ambientais (YEARLEY, 2005:132). Por essa razão, justifica-se que a necessidade da institucionalização dos riscos ambientais identificados tenha demandado conhecimento especializado: capacitação dos quadros da DNH e envolvimento de especialistas e investigadores especializados, numa época em que a DNH contava somente com dois arquitetos e 15 técnicos médios projetistas de infraestruturas. A esses quadros associavam-se outros 12 técnicos cooperantes recém-chegados

ao país, com pouco conhecimento sobre o contexto agroecológico e climático moçambicano (situado numa faixa subtropical, com solos frágeis e equilíbrio ecológico precário) ao contrário dos seus países de origem (regiões de clima temperado).

Dos 15 funcionários nacionais, poucos tinham algum conhecimento científico em matéria ambiental (FORJAZ, 1990). Acrescenta-se ainda que a existência de poucos quadros, sem especialização, não era exclusiva ao Instituto de Planeamento Físico onde fazia parte a DNH, mas era genérica a todo aparelho de Estado recém constituído. Essa situação ocorreu, primeiro, porque houve um abandono ou êxodo de técnicos e quadros administrativos coloniais do país e, segundo, porque o governo formado herdou do governo colonial mais de 95% de analfabetos e uma população nativa sem a capacidade para o trabalho especializado. Desse modo, os graduados dos níveis médio e superior existentes reduziam-se às dezenas (FORJAZ, 2004).

Entretanto, dado que a maioria dos quadros disponíveis tinham apenas o ensino primário ou secundário incompleto, a direção do governo foi assumida por quadros políticos e técnicos inexperientes. Esses quadros foram responsáveis pela tomada das principais decisões e desafios da época, coadjuvados pelos primeiros cooperantes e técnicos estrangeiros (FORJAZ, 1990).

### **Cooperação Internacional**

A necessidade de formação de quadros menos capacitados deu origem ao presente evento em análise. O impacto deste evento na institucionalização ambiental divide-se em duas etapas, a primeira, em que o governo recorreu ao apoio técnico e formação de moçambicanos em países da Europa Oriental e asiáticos e, a segunda em que o INPF inicia uma cooperação com organismos internacionais (por exemplo, Nações Unidas) e Países Ocidentais que apoiavam especificamente a institucionalização, formação e pesquisa ambientais.

Desde 1976, a cooperação e ajuda internacional foram integradas no governo da República Popular, através de uma estrutura bem definida, a Direção Nacional de Cooperação, responsável por assuntos de assistência técnica e desenvolvimento, mais tarde transformada em Secretaria de Estado para Cooperação em 1983. Devia permitir uma assistência ao Departamento de Prevenção e Combate de Desastres Naturais no âmbito dos eventos extremos, cheias e secas, ocorridos em 1980 e estava inserida na Comissão Nacional do Plano. A sua maior finalidade era



fazer o monitoramento da situação climática e fornecer melhor prevenção aos desastres naturais. Entretanto, incluía também a distribuição da assistência de emergência e coordenação da ajuda emergencial estrangeira (HANLON, 1991:96-97).

Os cooperantes foram constituídos majoritariamente por organizações europeias que apoiaram a FRELIMO durante a luta de libertação, principalmente soviéticos e alemães orientais. Eram técnicos com algumas aptidões e eram contratados pelo governo moçambicano em prazos de dois anos. Ao contrário, os funcionários das Nações Unidas eram empregados em projetos bilaterais e pagos em salários europeus. Além desses, a assistência técnica veio também de outros países em desenvolvimento, como a Tanzânia, e de refugiados do Chile, Brasil, Timor Leste, África do Sul. Desse último grupo, alguns eram pagos com Fundos Nórdicos (Suécia, Itália, Holanda), incluem-se cerca de 5000 moçambicanos que estudaram em Cuba e na Alemanha Oriental, e centenas de professores enviados pelos países socialistas: médicos, agrônomos e outros técnicos (HANLON, 1991:57). Nesse contexto, o recurso aos poucos cooperantes ocidentais teve motivação econômica. O governo não tinha capacidade para o pagamento de salários europeus de cooperantes cujos países não comparticipavam o pagamento. Como consequência, a qualidade técnica da maior parte desse grupo resumia-se a profissionais juniores.

Desses especialistas, os ecólogos foram alocados no Ministério da Agricultura e exerceram as suas funções no setor de Fauna. Tratou-se de uma medida que pretendia “minimizar” os efeitos da caça profissional e dizimação dos animais. A ação desses quadros contribuiu em declarações governamentais sobre o valor da fauna, introdução de cursos de formação elementar e básica de técnicos de fauna, início de abates controlados, publicação de legislação atualizada, realização de grandes reconhecimentos faunísticos e de contagens aéreas dos mamíferos de grande porte em várias regiões do país, incluindo a contratação de ecólogos cooperantes. Mesmo que não se tivesse mudado de forma significativa o cenário anterior, as medidas adotadas contribuíram para que até 1980 houvesse o conhecimento sobre os efetivos faunísticos e das zonas de fauna do país (TELLO, 1984:3-4).

Na sequência, até 1982, as necessidades de Moçambique eram supridas por via de donativos, empréstimos a taxas concessionárias e pagos mediante taxas normais de mercado. Com essa estratégia, foram financiados projetos de construção de barragens, regadios e outros

tipos de infraestruturas através de donativos e não da dívida externa. Entretanto, os projetos que recebiam financiamento eram aqueles propostos com o consentimento dos doadores e não os que se impunham ao país (ADAM, 1990:3).

Nessa linha de pensamento, a limitação técnica dos quadros agravou a situação das dificuldades existentes para a transformação dos princípios políticos definidos em ações específicas. Devido a essa lacuna, não foram endereçadas algumas questões, como o crescimento negativo da biomassa e os seus impactos em algumas áreas do país não eram considerados em vários setores (FORJAZ, 1990). Paralelamente, foram lançados programas de capacitação de curta duração.

Embora essas intervenções não fossem estruturais e, por isso, despertarem a necessidade de uma instituição específica para coordenar as questões ambientais, não constituía prioridade governamental, pois maior enfoque era dado ao desenvolvimento e minimização de danos ao ambiente físico, através de recomendações para o direcionamento de investimentos em locais considerados de menor risco de danos ecológicos. Essa questão é atestada nos seguintes termos:

Devemos evitar a todo o custo que o empreendimento, justificado pela qualidade do Meio Ambiente, seja o principal agente da sua própria degradação. Sabemos que nossa capacidade de fiscalização é muito reduzida, e que é sempre difícil impor limites “disciplinares” ao turismo sem criar fricções detrimenais às exigências dos hóspedes. Existem no mundo variadíssimos exemplos dos efeitos da introdução massiva duma sobrecarga humana num meio ambiente frágil. É incorreto, do ponto de vista dos princípios e da prática, pensar que uma unidade turística pode ter responsabilidade pela gestão do patrimônio comum da mesma maneira, o diretor de uma fábrica não pode ser o fiscal da sua própria ação no domínio da poluição por exemplo. Existe a necessidade de um controle por uma entidade distinta e especializada que dispõe de pessoal e meios autônomos. Infelizmente, não temos, nem vamos ter, ainda durante muito tempo esta capacidade. Por isso, no período inicial os primeiros investimentos devem ser realizados nas zonas menos sensíveis à ação de uma nova concentração humana potencialmente “corrosiva” (SEPF, 1984:9).

A segunda etapa da cooperação internacional iniciou um processo de governança ambiental (MARTEELLO & JASANOFF, 2004), conscientizando sobre a globalização do risco e degradação ambiental. Temporalmente, essa etapa é integrada no contexto das relações internacionais e estímulo institucional para a governabilidade do ecossistema planetário que ocorre em meados da década de 1980 (FERREIRA & VIOLA, 1996:12).

Essa etapa foi marcada, principalmente pelo início dos programas clássicos de reajustamento estrutural e de orientação neoliberal, PRE e PRES<sup>1</sup>, impostos e financiados pelo FMI, Banco Mundial e outros doadores do País. As mudanças políticas prescritas a partir desses programas visavam acelerar a transformação da economia doméstica e integrar Moçambique no mercado global. Entretanto, Moçambique não tinha poder para resistir à influência dos principais doadores, pois tratava-se de uma subordinação decorrente das tendências econômicas globais, e não de uma imposição de um poder colonial específico (PLANK, 1993:428-429).

Foi a partir desse panorama que se construiu a cooperação em Moçambique, caracterizada por um aparelho de Estado condicionado por cerca de 40 países doadores, 10 organizações multilaterais que incluíam as Organizações das Nações Unidas e cerca de 136 ONGs (ADAM, 1990:18). No processo de institucionalização ambiental a assistência técnica e financeira da ONU (Por ex. UNPD, UNICEF, UNHCR, UNIDO, FAO –WFP), permitiu a formação de moçambicanos em cursos de pós-graduação, em análises que incluíssem várias áreas de conhecimento (ADAM, 1990:17), incluindo aspectos ambientais.

Além disso, Moçambique integrou-se em debates sobre a globalização do ambiente, ratificando convenções ecológicas internacionais e enviando comitivas nacionais para participarem em conferências internacionais, sendo marco inicial a Conferência do Rio de 1992.

Esse momento marca o início da governança ambiental, caracterizado por um crescimento de estruturas governamentais intermédias que complementam Estados e mercados e ajudam a construir uma política que cruza fronteiras geopolíticas e as transcende, promovendo normas e regulamentos supranacionais (MARTELLO & JASANOFF, 2004:3).

Com o apoio dessas organizações, desloca-se a perspectiva local de risco ambiental para a visão global do risco (BECK, 2009:14). Em relação ao espaço estudado, esse deslocamento ocorreu, inicialmente, quando em 1985 o PNUMA e a IUCN apoiaram os objetivos da Unidade de Gestão Ambiental, que propunham um aparelho institucional que pudesse integrar a gestão ambiental no processo de desenvolvimento do país, uma ideia que foi fortalecida com a

---

<sup>1</sup> O PRE, programa de Reajustamento Estrutural, foi aprovado em 1987 e visava melhorar a situação econômica que vinha ocorrendo (diminuição da produção), garantir níveis de receitas e de consumo à população, melhorar a balança de transações correntes e da balança de pagamentos, e restabelecer o balanço dos agregados macroeconômicos (Notícias, 2015). Mais tarde o PRES foi transformado, em 1990, em PRES, programa de reajustamento estrutural e social.

publicação do Relatório de Brundtland de 1987 (MICOA, 1996:8). Na sequência, entre 1985 e 1994, evoluíram e foram aperfeiçoadas instituições que culminaram com a criação do Ministério para a Coordenação da Ação Ambiental (MICOA) em 1994, cujas responsabilidades incluíam a coordenação de todas as atividades ambientais bem como propor políticas e estratégias ambientais (MICOA, 1996:7-8). Desse modo, o surgimento do MICOA resultou da conjugação de iniciativas internas e do apoio financeiro e técnico internacional, bem como das recomendações da Conferência Nacional sobre o Meio Ambiente e do conhecimento e experiência adquiridos a partir da participação da comitiva moçambicana da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992. A participação dessa comitiva foi benéfica, considerando que a referida Conferência teve o mérito de aglutinar vários atores sociais, incluindo setores que antes não estavam ligados à questão ambiental (FERREIRA, 2012:95), colocando-a em contato com os debates específicos da época.

## **Guerra Civil**

A fruição dos debates para pensar instituições e políticas ambientais, veiculados através de estudos técnicos, foi condicionada pela guerra civil conhecida por “Guerra dos 16 anos”, iniciada em 1977, envolvendo as forças governamentais e a Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO).

Esse evento coincidiu com o início da abertura econômica imposta e as reformas políticas e econômicas que perduraram até 1987, pressionadas pela insustentabilidade política, econômica e militar da guerra e colapso da economia, bem como os eventos climáticos extremos (secas prolongadas no sul do país entre 1982 e 1983) que agudizaram a situação de fome. Além disso, ocorreu num momento em que o apoio dos aliados socialistas estava sendo diminuído consideravelmente devido à crise que enfrentavam (MOSCA, 2011:105).

A guerra foi caracterizada por ações violentas, entre elas massacres brutais, mutilações, algumas executadas por crianças entre 10 e 12 anos, forçadas pela Resistência Nacional Moçambicana (HANLON:1991:19), como estratégia para coagi-las a se filiarem a esse movimento e temerem o regresso às suas comunidades (CABAÇO, 2017). No período entre 1980 e 1990, a RENAMO em conjunto com os comandos sul-africanos, realizou sabotagens a

infraestruturas econômicas e sociais, por exemplo: queima de centenas de lojas privadas, fábricas, estradas, caminhos-de-ferro, escolas e áreas rurais. Essas ações geraram impactos econômicos devastadores, como a destruição do comércio rural que, associado à destruição de fábricas, reduziu a produção e processamento de culturas de exportação (algodão, chá, açúcar e castanha de caju), através das quais Moçambique mantinha o seu comércio externo (HANLON, 1991:20-21).

Em termos de impactos ambientais, a guerra gerou pressão sobre recursos naturais a partir dos assentamentos de refugiados, e a inação para a gestão dos riscos associados a esses recursos devido ao bloqueio do trânsito. Adicionalmente, houve perda da vegetação de várias regiões rurais, causando uma concentração das populações, que por sua vez gerou impactos no ambiente costeiro, na fauna, flora e nos recursos pesqueiros (CHERRETE *et. al.*, 1990). Entretanto, a reversão desses problemas contou com o ambiente de paz que se sinalizava no final da década de 1980, permitindo a realocação da população refugiada e reflorestação das áreas anteriormente usadas como refúgio.

A necessidade de minimizar os impactos mencionados anteriormente demandou um olhar de como as instituições existentes desenvolviam ações tendentes a dar respostas à deterioração ambiental face às necessidades de produção intensiva dos aglomerados humanos no contexto da guerra. Nesse sentido, os principais desafios ambientais decorriam diretamente dos efeitos da guerra sobre os movimentos populacionais e as pressões que estes colocam em uma base de recursos limitada (CHERRETE *et.al*, 1990:1). Por essa razão, a Guerra adiou as iniciativas e a realização de pesquisas ambientais iniciais (GTA, 1990).

## **Reajustamento Estrutural**

Num momento em que entre 1981 e 1983 todos os países da África Austral sofriam as piores secas do século e impactos da guerra civil, o governo da FRELIMO sentiu-se forçado a solicitar ao Ocidente, marcando a introdução dos Programas de Ajustamento Estrutural (PAEs) e ajuda externa dos países ocidentais (CENE e DPCCN, 1998:5).

Considerando que Moçambique enfrentava uma crise econômica severa, principalmente em 1983, tendo levado o então governo a anunciar a sua incapacidade de pagar a dívida externa e

solicitada a reprogramação dos prazos, o acesso a outros créditos de que necessitava foi condicionado pelos credores à adesão ao Fundo Monetário Internacional e aceitasse um pacote econômico deste último (Cf. HANLON, 1991:29).

No entanto, se bem que os PAEs não eram viáveis politicamente e economicamente, porque aumentavam a dependência e endividamento do país, prosseguiram ambientalmente, na medida em que condicionavam o financiamento de investimentos previstos no PPI mediante viabilidade ambiental cientificamente comprovada.

Significa que o processo de busca de ajuda externa (FMI e BM) foi acompanhado por concessões forçadas, enquadradas nos objetivos norte-americanos na África Subsaariana, entre 1984-7. Tais interesses incluíam “o contínuo acesso Ocidental aos minerais e matérias-primas na região, apoiar o desenvolvimento do setor privado e ter acesso ao mercado inexplorado para bens e serviços dos EUA” (USAID 1985 *apud* HANLON, 1991:49)

Além disso, ao conjunto de reformas efetuadas pelo governo para responder as exigências dos PAEs entre 1983-1987, junta-se a implementação de reformas macroeconômicas como estratégia para o acesso aos recursos e ao capital (MOSCA, 2011:122). Nesse contexto, a aprovação da primeira lei de investimento estrangeiro, em 1985, atraiu investimento para a implementação de projetos considerados centrais para o desenvolvimento, tendo levado à construção das barragens dos Pequenos Libombos, de Corumana, micro barragens de Cuamba e de Lichinga, regadios de Nguri e de Chipembe em Cabo Delgado, bem como a construção da primeira linha de transporte de energia centro-norte. Esses projetos eram considerados centrais para o processo de desenvolvimento (Mário Machungo *apud* NOTÍCIAS, 2015). Foi assim que essas reformas incrementaram a ajuda externa de forma rápida, transformando-se em um instrumento das políticas e interesses econômicos no contexto das relações internacionais. Já com o PRE, a partir de 1987, o impacto imediato das negociações da dívida com as organizações financeiras internacionais foi a redução e o término da cooperação com os países socialistas (leste europeu), incluindo a diminuição ou retirada dos técnicos desses países (MOSCA, 2011:108, 118).

Até aqui, pode-se enfatizar que as questões ambientais foram tratadas inicialmente numa dimensão espacial, local e se resumiram aos impactos previstos no âmbito do desenvolvimento do PPI e por isso, um “risco calculável” (BECK & HOLZER, 2007). Mais tarde, esses problemas

foram associados aos impactos que a guerra causou no solo e nos recursos naturais. Nessa linha, a abertura iniciada com a vinda de técnicos estrangeiros e a cooperação internacional permitiram que as instituições que se formaram para dar respostas aos problemas ambientais criassem uma percepção global sobre os riscos e a incerteza para o seu enfrentamento (BECK & HOLZER, 2007:20).

Entretanto, entende-se que não se deve separar os pacotes de ajudas decorrentes da segunda etapa da cooperação internacional, por exemplo: a assistência intelectual, dos objetivos políticos dos países doadores de origem das instituições internacionais, ou seja, das políticas e orientações do governo da nação beneficiária (ALTBACH, 1995:489). Nesse caso, infere-se que a principal motivação das nações apoiadoras foi a dimensão global dos riscos ambientais. Isso se justifica pela razão que a maioria dos países ocidentais representados pelas instituições doadoras já tinham uma percepção da dimensão global dos riscos, no sentido que os riscos que enfrentavam, derivados da industrialização da tecnologia, eram irrestritos e invisíveis, e por essa razão havia a necessidade de respostas em uma escala global.

Esse processo representou uma etapa avançada de respostas políticas para os problemas ambientais que já havia sido iniciada, por exemplo, nos EUA na década de 1970, no Japão e na Alemanha (SCHREURS, 2002). Na América Latina, particularmente no Brasil, a questão ambiental teve a sua incorporação política e administrativa em 1973, com a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente. Essa questão só começou a ser internalizada pelas autoridades governamentais chinesas nos finais da década de 1970, com a criação de leis e instituições para a proteção do ambiente (FERREIRA & BARBI, 2013).

Desse ponto de vista, infere-se que a introdução de um quadro político-institucional sobre as questões ambientais discorreu uma internalização governamental inicial, motivada pela ideia de que os perigos e riscos que ocorrem em torno dessas questões constituem um fator importante de desenvolvimento na nova conjuntura político-econômica. Foi nesse sentido que o Estado moçambicano procedeu com a criação de instrumentos de proteção ambiental (BECK, 1992:56). Entretanto, num segundo momento, a agenda foi motivada pelo acesso ao financiamento externo para suprir as necessidades geradas pelos impactos da guerra (fome), da seca e da crise econômica (MOSCA, 2011; ALDEN, 2001)

Na sequência, em julho de 1989, durante o V Congresso, a FRELIMO anunciou a

renúncia do País ao Marxismo-leninismo, passando para a liberalização econômica do investimento privado e foi introduzida uma nova Constituição, aprovada a 30 de novembro de 1990 (ALDEN, 2001). Dois anos depois, a guerra terminou com a assinatura dos Acordos Gerais de Roma em Outubro de 1992. A “República Popular de Moçambique” passou para “República de Moçambique”, de regime presidencialista, com eleições diretas e multipartidárias, realizadas em regime quinquenal (ALDEN, 2001).

## Documentos e a Dimensão Global das Questões Ambientais

O “calar das armas” propiciou a viabilização de atividades antes interrompidas ou impossibilitadas, como o arranque de um conjunto de estudos que serviram de suporte para a criação de uma instituição que coordena as atividades ambientais (MICOA, em 1994), um conjunto de políticas (Política Ambiental em 1995; Lei do Ambiente em 1997) e Regulamentos (Regulamento de Avaliação de Impacto Ambiental em 2004 e aperfeiçoado em 2014), entre outros instrumentos de gestão ambiental. Trata-se de relatórios de pesquisa, artigos, livros e capítulos de livro, comunicações científicas, teses e monografias realizadas por moçambicanos que tinham sido enviados ao estrangeiro para estudar, bem como autores estrangeiros financiados por instituições internacionais já referidas.

Tabela 1: Documentos produzidos no âmbito da institucionalização do ambiente

	Ano	Título	Autor	Instituição	Área de Formação	Cat. Científica	Financiamento
1	1984	Considerações sobre a situação atual da fauna bravia em Moçambique e suas perspectivas futuras.	Joao Lobato Tello	FAO	Eng. Florestal	Comunicação rápida	FAO
2	1990	Moçambique: Situação Atual do Meio Ambiente	GTA (Ebenizário Chonguica; Bernardo Ferraz; Bárbara Leite; Mário R. Marques; Alfredo Massinga; Antonio M.A. Pedro; Inocência Pereira; Oscar Marleyn* e John Houton)	UEM-Geografia; UEM-Geografia; WWF-Marine Programme; IIAM; UEM-Engenharia; Instituto Nacional de Geologia; ETC Foundation; UEM-FC	Geografia; Geografia; Biologia Marinha; E. agrônômica; E. química; E. geológica; Geografia; Biologia.	Relatório técnico	NORAD
3		Norwegian Aid and Environment in Mozambique: an identification of the issues	Ian Cherrette; Kirkby, J., O. Marleyn*, Barry Munslow; B., O'Keefe, P.	ETC International; Newcastle Polytecnic; University of Liverpool; Newcastle Politecnic	Geografia Econômica; Geografia e gestão ambiental; Ciência Política; Geografia e gestão ambiental;	Relatório técnico;	NORAD
4		A Planificação Física em Moçambique Independente	José Forjaz	UEM-Arquitetura	Arquitetura	Comunicação rápida	0
5	1991	Who calls the shots?	Joseph Hanlon	Open University	Jornalismo e Desenvolvimento	Livro	0
6		Meio Ambiente: conceitos, práticas e sua aplicação em Moçambique	D.N. Chimarizene*	Divisão do Meio Ambiente - INPF		Livro	0
7	1992	Regimes de posse de terra em Moçambique	Comissão Nacional do Meio Ambiente*	CNA-INPF	----	Relatório Técnico	IDRC



8		Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas	Nações Unidas*	Nações Unidas	----	Instrumento político	0
9	1993	Health & environmental effects of military activities	Medical Education Trust	Medical Education Trust - London	Saúde	Comunicação rápida	MIT
10		Avaliação dos impactos ambiental e sócio económico da introdução de novas fontes de energia em Vilankulo	A. Mia Couto e Anabela Rodrigues	UEM-CEA	Biologia e Eng. florestal	Relatório técnico	ENH e NORAD
11	1995	Relatório Nacional de Moçambique sobre o desenvolvimento social	República de Moçambique*	Governo de Moçambique	----	Relatório técnico	PNUD e Embaixada do Reino dos Países Baixos
12		Environmental Impact Assessment of the Pequenos Libombos Dam in Southern Mozambique	Ebenizário Chonguça	UEM-Geografia/Uppsala Universitet	Geografia	Tese – Doutorado em Geografia física	NORAD
		Compilação de Legislação Ambiental Principal em Vigor em Moçambique	Comissão Nacional do Meio Ambiente	INPF-CNA-Gabinete Jurídico	Direito	Livro	IUCN Law Center
13		Problemas de gestão urbana na cidade de Maputo – contribuição para o seu estudo	Inês Macamo Raimundo	UEM-Geografia	Geografia	artigo	NORAD
14		Gestão urbana em Moçambique: das potencialidades e limitações, o caso da cidade de Maputo	João Agostinho Mucavele	UEM-Geografia	Geografia	artigo	NORAD
15		Recolha e tratamento de lixo: um caso de estudo do jardim botânico Tunduru	Américo H. Cantelo	UEM-Geografia	Geografia	artigo	NORAD
16		Contribuição para a gestão dos resíduos industriais: o caso da FAPACAR	Rita Matangue Zacarias	UEM-Geografia	Geografia	artigo	NORAD
17		Efeito do não-tratamento dos resíduos lançados pela indústria de papel FAPACAR sobre o estado de conservação do rio Infulene	Augusto Orlando Correia	UEM-Geografia	Geografia	artigo	NORAD
18		Estudo comparativo (económico) da utilização de três tipos de fogões que utilizam combustível lenhoso	Nicolau Óscar Moisés	UEM-Geografia	Geografia	artigo	NORAD
19		Tidal currents and oil spill dispersion in Maputo Bay	António Mubango Hogueane	UEM- Física	Geografia/Oceanografia	artigo	NORAD
20		PNGA e Educação Ambiental	A. Rufino	-----	-----	Comunicação rápida	NORAD
21		Conceitos da Educação Ambiental	Walter Leal Filho	Universidade de Bradford	-----	Comunicação rápida	NORAD
22		Educação ambiental no Brasil	Mohamed Habib	Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Biologia	Eng. agrônoma	Comunicação rápida	NORAD
23		Recursos Energéticos versus Educação Ambiental	Manuel Raposo	UP - Geografia	Geografia	Comunicação rápida	NORAD
24		História Ambiental	Zacarias Alexandre Ombe	UP-Geografia	Geografia	Comunicação rápida	NORAD
25		História da religião e a sua contribuição na ética ambiental	-----	UP-Geografia	Geografia	Comunicação rápida	NORAD
26		Educação ambiental em Mecúfi: um modelo de abordagem	João Moreno*	-----	-----	Comunicação rápida	NORAD
27		O papel dos meios de comunicação social na promoção da educação ambiental	Emídio Sebastião*	-----	-----	Comunicação rápida	NORAD
28		Clubes do ambiente nas escolas: uma experiência de educação ambiental	Sónia da Vilela e Vilela de Sousa	-----	-----	Comunicação rápida	NORAD
29		Educação ambiental no ensino primário	Joaquim Matavele	INDE	-----	Comunicação rápida	NORAD
30		Discurso de abertura e de Encerramento: workshop sobre educação ambiental	Bernardo Ferraz	MICOA/UEM-Geografia	Geografia	Comunicação rápida	NORAD
31		Perfil ambiental da cidade e do distrito de Nampula	Leonel Lopes, Manuel Araújo e Kim Herminde*	UEM-Centro de Estudos de População/CAP; UEM-CEP; MICOA	Geografia, Geografia	Relatório técnico	Embaixada do Reino dos Países Baixos
32	1996	Política Nacional de Gestão Ambiental	MICOA*	MICOA	-----	Instrumento Político	Governo de Moçambique
33		A participação das comunidades na gestão dos recursos naturais	José Negrão, Mia Couto, Amélia Souto, António Sopa	UEM - CEA	Economia, Biologia, História, História	Relatório técnico	PNUD
34	2000	“Follow-Up” da Habitat Agenda	Horácio R. Gil	MOPH	Eng. civil	Comunicação rápida	0

35	2001	Climate change 2001: impacts, adaptation, and vulnerability	IPCC	IPCC	----	Livro	0
36		Climate Change 2001: mitigation: a report of working group III of the IPCC	IPCC	IPCC	----	----	0
37	2003	Coletânea de Legislação do Ambiente	Carlos Manuel Serra Jr.	MITADER	Direito	Livro	0
38		Livelihoods and climate change	União Internacional para a Conservação da Natureza*	IUCN	-----	Livro	IUCN
39		Mozambique Initial National Communication to the UNFCCC	Governo de Moçambique*	GM; MICOA	-----	Relatório técnico	0
40	2004	Gestão dos Recursos Naturais e Política Ambiental.	José Forjaz	UEM-Arquitetura	Arquitetura	Comunicação rápida	0
41	2005	Marco de Ação de Hygo 2005-2015: aumento da resiliência das nações e das comunidades frente aos desastres	Nações Unidas/ EIRD	----	----	Instrumento político	0
42	2006	Climate change and poverty in Mozambique: realities and response options for CARE	Charles Ehrhart; Michelle Twena	CARE International Poverty-climate change Initiative	Antropologia Social; ciência ambiental	Relatório técnico	Care International
43		Estratégia de Ciência, Tecnologia e Inovação	República de Moçambique/Conselho de Ministros*	Governo de Moçambique/Ministério da Ciência e Tecnologia	----	Instrumento político	Governo de Moçambique
44	2007	Política de Aguas	República de Moçambique*	Governo de Moçambique	----	Instrumento político	Governo de Moçambique
45		National Adaptation Programme of Action	República de Moçambique/Conselho de Ministros*	Governo de Moçambique	----	Instrumento político	Governo de Moçambique
46		Estratégia Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável de Moçambique	MICOA*	MICOA	----	Instrumento político	Governo de Moçambique
47	2008	Mainstreaming Climate Adaptation into development assistance in Mozambique: institutional barriers and opportunities	Diana Sietz; Maria Boschütz; Richard J.T. Klein; Alexander Lotsch	Centro Internacional de la PAPA, Lima Peru; Potsdam Institute for climate change, Germany; Stockholm environment Institute, Sweden; The World Bank Group, USA	Geo-ecologia; Geo-ecologia	artigo	Banco Mundial
48		Environmental institutions, public expenditure and the role for development partners: Mozambique case study	Lídia Cabral; Dulcídio Francisco*	Overseas Development Institute	Economia;	Relatório técnico	CIDA; DFID e UNEP
49	2009	Quadro das demandas e propostas de Guiné-Bissau para o desenvolvimento de um programa regional de cooperação entre países da CPLP no domínio da luta contra a desertificação e gestão sustentável das terras	FAO e GM (Org. Domingos Mosquito; Graça Samó; Nzira de Deus*).	FAO; CPLP/Forum Mulher; Ministério da Agricultura/Forum Mulher	Metereologia; Direito; Direito	Relatório técnico	FAO
50		Synthesis Report: INGC Climate Change Report: study on the impact of climate change on disaster risk in Mozambique	Van Logchem B.; Rui Brito	Universiteit van Amsterdam/INGC/WFP; UEM-FAEF	Eng. agrícola; Eng. agrônoma	Relatório Técnico	Dinamarca e Nações Unidas
51		Estratégia para reforestamento	MINAG/DNTF*	Ministério da agricultura	-----	Instrumento político	Governo de Moçambique
52	2010	Climate Change Assessment for Maputo, Mozambique: a Summary	UN-Habitat (Paulo da Conceição Júnior; Mathias Spaliviero; Silva Magaia; Bridget Oballa).	UN-Habitat	GIS; Geografia; Eng. Civil; Física	Relatório Técnico	FAO
53		The economics of adaptation to climate change: a synthesis report final consultation draft	World Bank*	World Bank	----	Relatório Técnico	Banco Mundial
54	2011	Continuities in crisis: everyday practices of disaster response and climate change adaptation in Mozambique	Luís Artur	Wageningen University; UEM-FAEF	Sociologia	Tese	.NWO
55		Disaster Risk Assessment in Mozambique: a comprehensive country situation analysis	Inocêncio JF Pereira; Alberto Francisco Mavume; Felisberto Afonso	UEM-Geografia; UEM-Física; UEM-Eng. Rural	Geografia; Física; Sociologia de desenvolvimento rural	Relatório técnico	UNDP
56		Plano de Ação para a Redução da Pobreza	República de Moçambique/Conselho de Ministros*	Governo de Moçambique	-----	Instrumento político	Governo de Moçambique

57	2012	Managing the risks of extreme events and disasters to advance climate change adaptation	IPCC (Field, C.B., V. Barros, T.F. Stocker, D. Qin, D.J. Dokken, K.L. Ebi, M.D. Mastrandrea, K.J. Mach, G.-K. Plattner, S.K. Allen, M. Tignor, and P.M. Midgley)	IPCC	-----	Livro	0
58		Toward a sustainable and resilient future	O'Brien, K., M. Pelling, A. Patwardhan, S. Hallegatte, A. Maskrey, T. Oki, U. Oswald-Spring, T. Wilbanks, and P.Z. Yanda,	IPCC	-----	Capítulo livro	0
59		Poverty and Environment Initiative: Environmental Economic Analysis of Natural Resources Management in Mozambique: links between poverty and environment.	MICOA (Romana Rombe Bandeira; Eulália Esperança Lucas Macome; David Maradan; Vasco Nhabinde e Karim Zein).	UEM-FAEF; UEM-FAEF; Geneva School of Business Administration e Universidades de Fribourg e Geneva; UEM-Economia; Sustainable Business Associates	Eng. florestal, Eng. agrônoma; Economia; Gestão ambiental.	Relatório técnico	UNDP e UNEP
60		Quadro jurídico-ambiental em Moçambique – Pontos Fortes, Constrangimentos e Desafios.	Carlos Manuel Serra Jr.	MITADER	Direito	Capítulo Livro	BM; DANIDA; UNEP; PNUD-Espanha
61		Conclusões e reflexões gerais	Stefaan Dondeyne	University of Leuven, department of Earth and Environmental sciences, Belgium	Ciência do Solo, eng. De irrigação e ciências biológicas aplicadas	Capítulo Livro	BM; DANIDA; UNEP; PNUD-Espanha
62		Mudanças climáticas em Moçambique	Juan Lopez Villar	-----	Direito ambiental e de biossegurança	Capítulo Livro	BM; DANIDA; UNEP; PNUD-Espanha
63		Planificação Participativa para REDD+: a experiência de aplicação do programa Bolsa Floresta para Moçambique	FAS (Virgílio Viana; Joao Tezza Neto; Valcleia Solidade; Celly Santos; Francisco Pinto; Luiza Lima; Mauro Cristo; Rosival Dias; Thais Megid).	Fundação Amazônia Sustentável - Brasil	-----	Livro	Embaixada da Noruega
64		Adaptation to climate change in semi-arid environments: experience and lessons from Mozambique	Stephanie Midgley; Alemneh Dejene; Andrew Mattick	OneWord Sustainable Investments, Cape Town, South Africa; FAO, Rome, Italy; FAO, Maputo, Mozambique.	Biologia/botânica; Eng. agrícola; Veterinária (Tropical animal production and health)	Livro	FAO
65		Estratégia Nacional de Adaptação e Mitigação das Mudanças Climáticas	MICOA*	MICOA	----	Instrumento político	Governo de Moçambique
66		Everday realities of climate change adaptation in Mozambique	Luís Artur; Dorothea Hilhorst	UEM-FAEF; Wageningen University	Sociologia; Sociologia (Ajuda humanitária e reconstrução)	artigo	.NWO
67		Compreendendo os impactos socioeconômicos das mudanças climáticas e o desenvolvimento de uma estratégia de resistência às alterações climáticas na bacia do rio Limpopo, Moçambique. Relatório dos Resultados 1. Impactos físicos e socioeconômicos das mudanças climáticas na bacia do rio Limpopo	Climate Risk Management, Kulima, Climatus, C4 EcoSolutions, CSIR, INGC	-----	-----	Relatório Técnico	UNEP e Millenium Development Goals Achievement Fund (MDGIF)
68	2013	South-South REDD: a Brazil-Mozambique Initiative for Zero Deforestation with Pan-African Relevance	Isilda Nhantumbo	International Institute for Environment and Development	Engenharia Florestal	Relatório Técnico	Governo da Noruega
69		Linha de referência, monitoria, relatório e verificação para o REDD+ em Moçambique	Almeida A. Siteo; Bernard S. Guedes; Isilda Nhantumbo	UEM-FAEF; UEM-FAEF; IIED	Eng. Florestal; Eng. Florestal; Eng.florestal (economia florestal)	Relatório técnico	Governo da Noruega
70		Climate Learning for African Agriculture: the case of Mozambique	Verona Parkinson	Agema Consultoria, Maputo, Mozambique	----	Relatório Técnico	Climate and development Knowledge Network
71		Mozambique: case study in the framework of the Project ClimMig: climate-related and the need for new normative and institutional frameworks	Monika Mayrhofer	Ludwig Boltzmann Institute –Human Rights	Ciência política	Livro	Austrian Climate and Energy Fund
72	2014	O processo de institucionalização da questão ambiental em Moçambique:1980-2000	Giverage A. Amaral	Universidade Federal Fluminense	Sociologia	Dissertação	CAPES

73	Fortalecendo as contribuições das universidades para o desenvolvimento compatível com o clima na África Austral: Relatório Nacional de Moçambique	Heila Lotz-Sisitka; Penny Urquhart	SARUA - Associação Regional das Universidades da África Austral – Wits, África do Sul: Rhodes University; University of Cape Town	Educação; ciência ambiental	Relatório Técnico	SARUA
74	Sistema Nacional de Monitoria e Avaliação das Mudanças Climáticas	Conselho Nacional do Desenvolvimento Sustentável*	Governo de Moçambique	-----	Instrumento político	Governo de Moçambique
75	O papel dos recursos naturais renováveis no desenvolvimento sustentável em Moçambique	Almeida Siteo; Luísa Santos	UEM-FAEF; UEM-FAEF	Engenharia florestal; Eng. agrícola	Livro	0

Os documentos apresentados na tabela 1 incluem análises genéricas encomendadas no âmbito da realização de projetos de investimentos específicos ou de criação de instrumentos de políticas. Esses documentos fizeram análises de tópicos que relacionavam população, desenvolvimento e meio ambiente; consequências ambientais dos investimentos industriais; sustentabilidade agrícola e recursos hídricos, recuperação de ecossistemas frágeis e dos solos, bem como a proteção dos recursos faunísticos (Cf. GTA, 1990:109-114).

Adicionalmente, os estudos direcionaram as questões relacionadas com as mudanças climáticas, que se manifestam em Moçambique através de eventos extremos tais como secas cíclicas, ciclones, enchentes, mudanças na variabilidade climática, pragas e epidemias. Verificou-se que as pesquisas identificadas coincidiram com a ratificação de convenções e foram realizados no âmbito de projetos-piloto que visavam a reflorestação e enfrentamento das secas cíclicas e desertificação. Outros relacionam-se com o sistema de recolha e divulgação de informação de prognósticos das tendências e impactos dos eventos climáticos extremos, focalizando-se na adaptação e mitigação das mudanças climáticas (Cf. VILLAR, 2012:43-50).

## Considerações finais

O diálogo estabelecido entre teóricos da América Latina em disciplinas como História Ambiental, Sociologia Ambiental e do Conhecimento Científico, permitiu compreender as nuances que caracterizaram o processo de institucionalização ambiental em Moçambique, bem como as razões da sua ocorrência tardia, se comparado com outros países da América Latina. Conforme se argumentou, pensar espaços como Moçambique implica fazer análises que não diluem o passado colonial e o presente, e esse tipo de lacuna científica esteve na razão da rejeição dos trópicos como sujeitos sem história.

O manancial dos eventos e documentos levantado neste artigo revela que existem vários tópicos que podem contribuir para a fundação da História Ambiental em Moçambique como novo campo disciplinar, conduzindo para a definição das principais questões e linhas de pesquisa, ou seja, seu objeto de estudo. Esse desafio lança convite a pesquisas futuras que se ocupem na definição dos aspectos peculiares que deverão constituir a História Ambiental de Moçambique.

## Referências Bibliográficas

- ADAM, Yussuf. *Ajuda externa à Moçambique: necessidades e efeitos (um estudo preliminar)*. Maputo: CEA, UEM, 1990, 43p.
- ALDEN, Chris. *Mozambique and the Construction of the New African State: from negotiations to nation building*. New York: Palgrave, 2001, 166p.
- ALTBACH, Philip. Literary Colonialism: Books in The Third World. In: *The Post-colonial Studies Reader*. London: Routledge, 1995, p. 485-490.
- ASHCROFT, Bill; GRIFFITHS, Gareth; TIFFIN, Helen (Eds.). *The Post-colonial Studies: the key concepts*. 2.ed., London: Routledge, 1995, 526p.
- BECK, Ulrich. *Risk Society: towards a new modernity*. Tradução de Mark Ritter. 1.ed., New York: Sage, 1992, 260p.
- BECK, Ulrich, Holzer, Boris. “Organizations in World Risk Society” In: *International handbook of organizational crisis management*. Thousand Oaks, CA: Sage, 2007, p. 3–24.
- BECK, Ulrich. *World at Risk*. Traduzido por Ciaran Cronin. Cambridge: Polity Press, 2009, 269p.
- BHABHA, Homi. *O Local da Cultura*. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Reis e Gláucula Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 1998, 395p.
- CABAÇO, Luís. “Colonialismo e Libertação Nacional de Moçambique”. Palestra proferida na Faculdade de Educação, UNICAMP, 29 de Junho de 2017.
- CHAKRABARTY, Dipesh. Postcolonial Studies and the Challenge of Climate Change. *New Literary History*. Chicago: Johns Hopkins University Press, Vol. 43, nº1, 2012, p. 1-18. Disponível em <<https://muse.jhu.edu/article/477475/pdf>> acesso 25.04.2019.
- CHERRETTE, I. et. al. *Norwegian Aid and Environment in Mozambique: an identification of the issues*. Bergen: CHR Michelsen Institute, 1990, 82p.
- COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL PARA A EMERGÊNCIA – CENE; DEPARTAMENTO DE PREVENÇÃO E COMBATE DE DESASTRES NATURAIS – DPCCN. *Rising to Challenge: dealing with the emergency in Mozambique*. Maputo: CENE and DPCCN, 1985, 48p.
- FERREIRA, Leila Costa. “Questão ambiental na América Latina: teoria social e interdisciplinaridade”. In: *A Questão Ambiental da América Latina*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2011, p.19-43.
- FERREIRA, Leila da Costa; BARBI, Fabiana. (2011). A Questão Ambiental em Sociedades em Transição. Apresentação feita na Conferência Internacional “Social Justice in Transition Societies: China and the World”. Fudan University, Shangai, China, 3-4 de Dezembro.
- FERREIRA, Leila da Costa; VIOLA, Eduardo. Introdução. In: *Incertezas de Sustentabilidade na Globalização*.

Campinas: Editora da UNICAMP, 1996, p. 7-14.

FERREIRA, Leila da Costa. A Centralidade da interdisciplinaridade nos estudos sobre ambiente e sociedade. *Política & Sociedade* 7, Outubro, 2005, p.185-201.

FERREIRA, Leila da Costa. *A Questão Ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998, 154p.

FERREIRA, Leila da Costa. *A Questão Ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2012, 154p.

FORJAZ, José. A Planificação Física em Moçambique Independente. 1990, Disponível em <<http://www.joseforjazarquitectos.com/textos/planmocind.html>> acesso: 05.08.2019.

FORJAZ, José. Gestão dos Recursos Naturais e Política Ambiental. 2004, Disponível em: <<http://www.joseforjazarquitectos.com/>> acesso: 06.08.2019.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. 3.ed. Tradução de Luís Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2008, 236p.

GRUPO DE TRABALHO AMBIENTAL – GTA. *Moçambique: Situação Atual do Meio Ambiente*. Maputo: DANIDA, 1990.

HANLON, Joseph. *Who calls the shots?*. London: Bloomington, 1991, 301p.

MACHEL, Samora. *Planning the Route to a Developed Socialist Economy: Closing Speech by President Samora Machel to the Enlarged Session of the Council of Ministers in Maputo on August 4*. Maputo: Agência de Informação de Moçambique. 1979, 9p.

MACHUNGO, Mário. A Ofensiva Política e Organizacional faz parte da nossa maneira de viver. *Documento Informativo CEDIMO*. Maputo: Centro Nacional de Informação e Documentação de Moçambique, Volume 11, 1980, p. 27-33.

MARTELLO, Marybeth; JASANOFF, Sheila. Introduction: Globalization and environmental governance In: *Earthly Politics: local and global in environmental governance*. London: MIT Press, 2004, p. 1-29.

MICOA. *Programa Nacional de Gestão Ambiental*. Maputo, 1996, 99p.

MOSCA, João. *Políticas Agrárias de (em) Moçambique (1975-2009)*. Maputo: Escolar Editora, 2011, 470p.

NOTÍCIAS. 40 ANOS DA INDEPENDÊNCIA - Mário Machungo, ministro no Governo de Transição: Herdamos uma balança cronicamente deficitária. [Online], Terça, 30 Junho 2015, 00:00. Disponível em <http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/primeiro-plano/38881-40-anos-da-independencia-mario-machungo-ministro-no-governo-de-transicao-herdamos-uma-balanca-cronicamente-deficitaria.html> acesso 19.ago.2017.

PALACIO, Germán. Historia Tropical: a reconsiderar las nociones de espacio, tiempo y ciencia. In: *Repensando la naturaleza: Encuentros y desencuentros disciplinarios en torno a lo ambiental*. Colombia: Universidad Nacional de Colombia, Instituto Amazónico de Investigaciones Imani, Instituto Colombiano de Antropología e Historia, Conciencias, 2002, p. 67-97.

PLANK, David. Aid, Debt, and the End of Sovereignty: Mozambique and Its Donors. *The Journal of Modern African Studies*. Cambridge University Press, Volume 31, numero 3, 1993, p. 407-430.

RICHARDS, Amelia. Challenges of quantitative data collection in Africa. Entrevista concedida ao “eBizRadio” [online], 12 Março 2013. Disponível em <<http://www.ebizradio.com/wp-content/uploads/2013/07/The-challenges-of-quantitative-data-collection-in-Africa.pdf>> acesso 04.12.2019.

SCHREURS, Miranda. *Environmental Politics in Japan, German, and the United States*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2002, 291p.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEAMENTO FÍSICO. *Problemática do Turismo na República Popular de Moçambique: contributo da Secretaria de Estado do Planeamento Físico*. Maputo: SEPF, 1984, 17p.

SEDREZ, Lise. Entrevista concedida ao “Café História”. RJ, 4 Janeiro 2012. Disponível em

*Em tempo de*  
**Histórias**

<[http://cafehistoria.ning.com/profiles/blogs/arquivo-conversa-cappuccino-lise-sedrez-ufrrj?xg\\_source=msg\\_mes\\_network](http://cafehistoria.ning.com/profiles/blogs/arquivo-conversa-cappuccino-lise-sedrez-ufrrj?xg_source=msg_mes_network)> acesso: 8 agosto 2018.

SEDREZ, Lise. Historia Ambiental de América Latina: Origen, principales interrogantes y lagunas. In: *Repensando la naturaleza: Encuentros y desencuentros disciplinarios en torno a lo ambiental*. Colombia: Universidad Nacional de Colombia, Instituto Amazónico de Investigaciones Imani, Instituto Colombiano de Antropología e Historia, Conciencias, 2002, p. 99-109.

TELLO, João Lobato. *Considerações sobre a situação atual da fauna bravia em Moçambique e suas perspectivas futuras*. Maputo: FAO, 1984, 54p.

VILLAR, Juan Lopez. Mudanças Climáticas em Moçambique In: *O Meio Ambiente em Moçambique: notas para a reflexão sobre a situação atual e os desafios para o futuro*. Maputo, 2012, p. 35-71.

YEARLEY, Steven. Green Ambivalence about Science: Legal-Rational Authority and Scientific Legitimation of a Social Moviment. *The British Journal of Sociology*, December, Volume 43, número 4, 1992, p. 511-532.

YEARLEY, Steven. *Making Sense of Science: understanding the social study of Science*. London: Sage Publications, 2005, 205p.